

fixados nos termos do número anterior, mas sem consideração das margens de comercialização.

3.º — 1 — Os PVP dos reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, glicosúria e cetonúria, referidos no n.º 1.º, são os seguintes:

- a) Para determinação de glicose no sangue (50 tiras) — 6125\$;
- b) Para determinação de glicose na urina (50 tiras) — 875\$;
- c) Para determinação de glicose/corpos cetónicos na urina (50 tiras) — 1167\$.

2 — Os PVP dos produtos destinados aos utentes do SNS, como tal devidamente identificados e que apresentem prescrição médica, são os seguintes:

- a) Para determinação de glicose no sangue (50 tiras) — 4410\$;
- b) Para determinação de glicose na urina (50 tiras) — 630\$;
- c) Para determinação de glicose/corpos cetónicos na urina (50 tiras) — 840\$.

4.º As margens máximas de comercialização referidas no n.º 1 do n.º 2.º, aplicáveis na determinação dos PVP referidos no n.º 1 do n.º 3.º, são as seguintes:

- a) Para o armazenista — 8%, calculada sobre o preço de venda ao público, deduzido do IVA;
- b) Para a farmácia — 20%, calculada sobre o preço de venda ao público, deduzido do IVA.

5.º Os preços referidos no n.º 3.º vigoram até 31 de Dezembro de 1999, sendo, após esta data, susceptíveis de revisão anual através de portaria conjunta dos Ministros da Economia e da Saúde.

6.º A violação do disposto no presente diploma é punível nos termos do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro.

7.º Este diploma entra em vigor no dia 1 de Novembro de 1998.

Ministérios da Economia e da Saúde.

Assinada em 29 de Setembro de 1998.

Pelo Ministro da Economia, *Oswaldo Sarmento e Castro*, Secretário de Estado do Comércio. — Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 943/98

de 30 de Outubro

A Portaria n.º 98/98, de 23 de Fevereiro, estabeleceu o valor das taxas incidentes, nomeadamente, sobre as cápsulas-selos de garantia para aposição nas garrafas de vinho do Porto com capacidade de 5 cl a 20 cl.

Tendo o sector do vinho do Porto solicitado auto-regularização ao Instituto do Vinho do Porto para adoptar

uma nova cápsula-selo de garantia com as dimensões de 30 mm×35 mm, superiores às até agora previstas, com custos bastante superiores ao valor da taxa estabelecida na referida portaria, o que justifica a fixação de um novo valor para estas cápsulas-selos;

Assim, sob proposta do Instituto do Vinho do Porto e com audição prévia da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 173/97, de 16 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que o n.º 4.º da Portaria n.º 98/98, de 23 de Fevereiro, passe a ter a seguinte redacção:

«4.º As cápsulas-selos de garantia para aposição nas garrafas de vinho do Porto com capacidade de 5 cl a 20 cl passam a ter os seguintes valores:

Dimensões até 28 mm×18 mm — 5\$50;
Dimensão de 30 mm×35 mm — 10\$.»

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Assinada em 14 de Outubro de 1998.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 944/98

de 30 de Outubro

A requerimento da EIA — Ensino, Investigação e Administração, S. A., entidade instituidora da Universidade Atlântica, reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 108/96, de 31 de Julho;

Considerando o disposto na Portaria n.º 667/96, de 14 de Novembro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 67.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração da denominação

O curso de licenciatura em Gestão de Sistemas e Informação ministrado pela Universidade Atlântica, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n.º 667/96, de 14 de Novembro, passa a designar-se Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação.